

Sul América Serviços de Saúde S.A.
CNPJ 02.866.602/0001-51

Prezados Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Serviços de Saúde S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2016, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela ANS e com as normas contábeis emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 390, emitida em 02/12/2015. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, estas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. **1. Conjuntura econômica:** O ano de 2016 foi marcado por surpresas, tanto políticas como econômicas. O Brasil passou pelo processo de impeachment e o início de um novo governo, que busca dar um novo direcionamento à política econômica. A economia brasileira, em quadro recessivo nos últimos dois anos, deve encerrar 2016 com queda no PIB de 3,5%, acumulando retração próxima de 8% no biênio 2015/2016. No âmbito internacional, eventos como o Brexit (a saída da Inglaterra da União Europeia) e a eleição de Donald Trump nos EUA contribuíram para o aumento da incerteza global. As despesas com consumo das famílias brasileiras recuaram pelo segundo ano consecutivo, refletindo a contração de renda e o crescimento do endividamento familiar com a deterioração progressiva do mercado de trabalho. A taxa de desemprego oficial deve encerrar 2016 em cerca de 12% (contra 9% em 2015), deixando mais de 12,0 milhões de brasileiros desempregados. Apenas no segmento formal da economia, foram fechadas cerca de 1,5 milhão de vagas no ano. Os investimentos permanecem em queda pelo terceiro ano consecutivo como resultado de um setor industrial envidiado e com elevada capacidade ociosa, aliado à baixa confiança dos empresários. No setor externo, a combinação de câmbio depreciado e recuperação dos preços das commodities permitiu à balança comercial acumular superávit de US\$47,7 bilhões em 2016, reduzindo o déficit em contas correntes de US\$60,6 bilhões (3,6% do PIB) em 2015 para US\$20bilhões em 2016, ou 1,1% do PIB. Esse desempenho, ainda que resulte em baixa contribuição para o crescimento, constitui em importante fator para reduzir os efeitos adversos de um ambiente internacional envidiado. A inflação que se mostrava mais resiliente ao longo da primeira metade do ano ingressou em um

processo de redução mais incisivo nos últimos meses de 2016. O IPCA, que encerrou o primeiro semestre contabilizando inflação de 8,84%, em termos anuais, recuou para 6,30% no final de dezembro, fechando o ano dentro da banda do regime de metas. O arrefecimento das pressões inflacionárias em meio ao aprofundamento da queda da atividade permitiu que o Banco Central desse início ao processo de flexibilização monetária. Nas duas últimas reuniões do comitê de política monetária (Copom) do ano, a SELIC foi reduzida de 14,25% para 13,75% ao ano, deixando aberta a possibilidade de continuação e intensificação do ciclo de afrouxamento. No âmbito fiscal, o governo conseguiu importantes avanços na construção de um novo regime baseado, fundamentalmente, no controle das despesas públicas. O novo regime visa restaurar a capacidade de gerar superávits sustentáveis necessários ao saneamento do endividamento público. Ainda que não traga resultados expressivos no curto prazo, essa nova postura se constitui em importante elemento para a restauração da confiança e retomada do crescimento econômico nos próximos anos. As expectativas que cercam o ano de 2017 permitem certo otimismo. O esperado maior dinamismo da economia americana, podendo resultar em desvalorização cambial, dará sustentação ao bom desempenho do setor externo e, consequentemente, ao setor industrial. Avanços na agenda fiscal combinado com juros domésticos em queda contribuíram para o aumento dos investimentos e deverão pavimentar o caminho para a retomada do crescimento econômico em 2017. **2. Principais informações financeiras:**

(R\$ milhões)	2016	2015	Δ
Contraprestações efetivas	1.058,9	851,4	24,4%
Eventos indenizáveis líquidos	(1.011,6)	(814,1)	(24,3%)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	47,3	37,2	27,1%
Resultado bruto	35,0	24,9	40,6%
Resultado financeiro líquido	7,5	9,8	(24,0%)
Resultado antes dos impostos e participações	14,2	5,2	173,2%
Resultado Líquido	9,6	2,2	344,8%

3. Comentário sobre o desempenho: Em 2016, as contraprestações efetivas totalizaram R\$1.058,9 milhões, 24,4% acima do ano anterior. Os eventos indenizáveis líquidos representaram uma despesa

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais)			
	Notas	2016	2015
Ativo			
Circulante		338.982	202.264
Disponível		3.576	189
Realizável a longo prazo		335.406	202.075
Aplicações financeiras	5	176.668	63.689
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		176.412	63.279
Aplicações livres		256	410
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	147.664	131.256
Contraprestações pecuniárias a receber		147.664	131.256
Créditos tributários e previdenciários	8,1	10.247	5.648
Bens e títulos a receber	7	10.247	5.648
Despesas antecipadas		64	–
Não circulante		34.843	26.228
Realizável a longo prazo		26.632	21.618
Créditos tributários e previdenciários	8,2	6.978	3.846
Ativo fiscal diferido	8,2	17.696	16.714
Depósitos judiciais e fiscais	13,1	1.958	20
Outros créditos a receber a longo prazo		–	854
Investimentos	9	8.052	4.386
Participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial		8.052	4.386
Outros investimentos		–	–
Imobilizado		9	22
Imobilizado de uso próprio		9	11
Não hospitalares/não odontológicos		–	9
Outras imobilizações		–	11
Intangível		150	228,92
Total do ativo		373.825	228.492

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva de lucros	Total das reservas	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01/01/2015		47.000	225	41.440	41.665	129.730	1	–	88.666
Dividendos intercalares conforme ARD de 30/09/2015 - R\$5,4126 por lote de mil ações	–	–	–	(13.500)	(13.500)	–	–	–	(13.500)
Dividendos intercalares pagos conforme ARD de 09/11/2015 - R\$78,125 por lote de mil ações	–	–	–	(19.486)	(19.486)	–	–	–	(19.486)
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	–	(1)	–	(1)
Resultado líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	2.163	2.163
Proposta da destinação do lucro líquido:									
Reserva legal	–	–	108	–	108	–	–	(108)	–
Reserva estatutária	–	–	–	1.541	1.541	–	–	(1.541)	–
Dividendos obrigatórios antecipados pagos conforme ARD de 09/11/2015 - R\$0,2061 por lote de mil ações	–	–	–	–	–	–	–	(514)	(514)
Saldos em 31/12/2015		47.000	333	9.995	10.328	68.326	–	–	57.328
Aumento de capital conforme AGE de 29/09/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 770.343.451 novas ações ordinárias	14.1	20.000	–	–	–	–	–	–	20.000
Aumento de capital conforme AGE de 30/11/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 796.376.128 novas ações ordinárias	14.1	20.000	–	–	–	–	–	–	20.000
Aumento de capital conforme AGE de 28/12/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$75.000, com a emissão de 2.848.339.561 novas ações ordinárias	14.1	75.000	–	–	–	–	–	–	75.000
Resultado líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	9.620	9.620
Proposta da destinação do lucro líquido:									
Reserva legal	–	–	481	–	481	–	–	(481)	–
Reserva estatutária	–	–	–	6.854	6.854	–	–	(6.854)	–
Dividendos obrigatórios na proporção de R\$0,3307 por lote de mil ações	–	–	–	–	–	–	–	(2.285)	(2.285)
Saldos em 31/12/2016		162.000	814	16.849	17.663	42.366	–	–	179.663

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA SERVIÇOS DE SAÚDE S.A., denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo, na Rua dos Pinheiros nº 1.673, 8º andar, Pinheiros, autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a funcionar com planos privados de assistência à saúde na segmentação médica hospitalar e/ou odontológica e a administração de serviços médicos, assim como: planejamento, assessoria e coordenação de planos de saúde e de outros benefícios, assessoria e regulação na liquidação de sinistros no ramo de planos de assistência médica e hospitalar, podendo participar de outras sociedades, observadas as disposições legais pertinentes. Em 09/11/2007, a Companhia foi credenciada como operadora de planos privados de assistência à saúde, junto à ANS, na modalidade de administradora de serviços com fins lucrativos. A Companhia tem como acionista a Sul América Companhia de Seguro Saúde, com 100% de ações ordinárias, e tem como controladora indireta final a Sul América S.A. (SASA). A Sul América S.A. é uma Companhia de capital aberto, controlada pela Sulaspar Participações S.A. (SULASAPAR), com 50,84% de ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 25,64% de participação total, e publicou em 22/02/2017 no jornal "Folha Econômica" e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2016, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Nestas demonstrações financeiras, denominamos de "Sul América" o conjunto de empresas controlado pela SASA, o qual a Companhia faz parte. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** **2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela ANS e compreendem as normas emitidas pela ANS e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 390, emitida em 02/12/2015. A Companhia está representando nas suas Demonstrações de Fluxos de Caixa de 2015, as linhas "Ativos livres no final do período" no montante de R\$0 (valor apresentado originalmente, R\$34.216) e "Redução nas aplicações financeiras – recursos livres" no montante de R\$29.473 (valor apresentado originalmente, Aumento nas aplicações financeiras – recursos livres) em função da emissão de novas ações ordinárias para garantir a liquidez necessária para o pagamento de dividendos. **2.2. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas na base do custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: **• Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (vide nota 5); • Os ativos financeiros disponíveis para venda (vide nota 5); 2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis são as seguintes: **3.1. Depósitos judiciais e fiscais:** Consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.2. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: **3.1.1. Atuação do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: **• As contraprestações líquidas,** que correspondem aos valores repassados à Companhia, para pagamento dos custos dos planos de saúde administrados, são contabilizadas com base nas faturas apresentadas pelos fornecedores à Companhia e apresentadas como receita, na demonstração do resultado; **• Os eventos indenizáveis,** que correspondem aos custos dos planos de saúde administrados, são constituídos pelo valor das faturas apresentadas pelos prestadores de serviços, sendo apresentadas nas demonstrações de resultado, como despesas; **• A receita** com taxa de administração de planos de assistência à saúde é reconhecida na medida em que os serviços são prestados e contabilizada com base nas taxas. **3.1.2. Balanço patrimonial:** **• Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis** após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; **• Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária** são atualizados com base nos índices definidos igualmente em contratos e Os créditos tributários não são ajustados e apresentados. **3.2. Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado. **3.4. Redução ao valor recuperável:** **3.4.1. Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado têm seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso apresente efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. **3.4.2. Ativos não financeiros:** Os saldos dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para avaliar se há indicação de perda ao valor recuperável. No caso de ativo ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual do ativo exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. **3.5. Investimentos - participações societárias:** Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, por redução ao valor recuperável, são apresentados. **3.6. Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado. **3.7. Passivos circulante e não circulante:** **3.7.1. Provisão de eventos a liquidar:** A Provisão de eventos a liquidar é constituída para a cobertura dos valores a pagar por eventos já ocorridos até a data das demonstrações financeiras, com base nas estimativas das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de eventos. **3.7.2. Provisões para ações judiciais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas até a data das demonstrações financeiras, com base nas estimativas das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de eventos. **3.7.3. Provisões para ações judiciais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas até a data das demonstrações financeiras, com base nas estimativas das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de eventos. **3.7.4. Provisões para ações judiciais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas até a data das demonstrações financeiras, com base nas estimativas das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de eventos. **3.7.5. Provisões para ações judiciais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas até a data das demonstrações financeiras, com base nas estimativas das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de eventos. **3.7.6. Provisões para ações judiciais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas até a data das demonstrações financeiras, com base nas estimativas das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de eventos. **3.7.7. Provisões para ações judiciais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas até a data das demonstrações financeiras, com base nas estimativas das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de eventos. **3.7.8. Provisões para ações judiciais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas até a data das demonstrações financeiras, com base nas estimativas das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de eventos. **3.7.9. Provisões para ações judiciais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas até a data das demonstrações financeiras, com base nas estimativas das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de eventos. **3.7.10. Provisões para ações judiciais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas até a data das demonstrações financeiras, com base nas estimativas das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de eventos. **3.7.11. Provisões para ações judiciais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas até a data das demonstrações financeiras, com base nas estimativas das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de eventos. **3.7.12. Provisões para ações judiciais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas até a data das demonstrações financeiras, com base nas estimativas das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de eventos. **3.7.13. Provisões para ações judiciais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas até a data das demonstrações financeiras, com base nas estimativas das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de eventos. **3.7.14. Provisões para ações judiciais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas até a data das demonstrações financeiras, com base nas estimativas das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de eventos. **3.7.15. Provisões para ações judiciais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas até a data das demonstrações financeiras, com base nas estimativas das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de eventos. **3.7.16. Provisões para ações judiciais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas até a data das demonstrações financeiras, com base nas estimativas das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de eventos. **3.7.17. Provisões para ações judiciais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas até a data das demonstrações financeiras, com base nas estimativas das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de eventos. **3.7.18. Provisões para ações judiciais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas até a data das demonstrações financeiras, com base nas estimativas das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de eventos. **3.7.19. Provisões para ações judiciais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas até a data das demonstrações financeiras, com base nas estimativas das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de eventos. **3.7.20. Provisões para ações judiciais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas até a data das demonstrações financeiras, com base nas estimativas das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de eventos. **3.7.21. Provisões para ações judiciais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas até a data das demonstrações financeiras, com base nas estimativas das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de eventos. **3.7.22. Provisões para ações judiciais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas até a data das demonstrações financeiras, com base nas estimativas das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de eventos. **3.7.23. Provisões para ações judiciais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas até a data das demonstrações financeiras, com base nas estimativas das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de eventos. **3.7.24. Provisões para ações judiciais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas até a data das demonstrações financeiras, com base nas estimativas das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de eventos. **3.7.25. Provisões para ações judiciais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas até a data das demonstrações financeiras, com base nas estimativas das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de eventos. **3.7.26. Provisões para ações judiciais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas até a data das demonstrações financeiras, com base nas estimativas das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de eventos. **3.7.27. Provisões para ações judiciais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas até a data das demonstrações financeiras, com base nas estimativas das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de eventos. **3.7.28. Provisões para ações judiciais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas até a data das demonstrações financeiras, com base nas estimativas das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de eventos. **3.7.29. Provisões para ações judiciais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas até a data das demonstrações financeiras, com base nas estimativas das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de eventos. **3.7.30. Provisões para ações judiciais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas até a data das demonstrações financeiras, com base nas estimativas das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de eventos. **3.7.31. Provisões para ações judiciais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas até a data das demonstrações financeiras, com base nas estimativas das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de eventos. **3.7.32. Provisões para ações judiciais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas até a data das demonstrações financeiras, com base nas estimativas das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de eventos. **3.7.33. Provisões para ações judiciais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas até a data das demonstrações financeiras, com base nas estimativas das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de eventos. **3.7.34. Provisões para ações judiciais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas até a data das demonstrações financeiras, com base nas estimativas das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de eventos. **3.7.35. Provisões para ações judiciais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Cust

Sul América Serviços de Saúde S.A. | CNPJ 02.866.602/0001-51

Sul América Serviços de Saúde S.A. | CNPJ 02.866.602/0001-51

5. Aplicações: 5.1. Composição das aplicações:

Descrição	2016				Total
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/ contábil	
	–	–	4	–	
Títulos de renda variável	–	–	4	–	–
Ações	–	–	4	–	4
Valor recuperável	–	–	–	(4)	(4)
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	176.668	176.668	–	–	176.668
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	176.668	176.668	4	–	176.668
Subtotal	176.668	176.668	4	–	176.668
Percentual total contábil	100%	100%	0%	100%	100%
Total					176.668
Circulante					176.668

Descrição	2015				Total
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/ contábil	
	–	–	4	–	
Títulos de renda variável	–	–	4	–	–
Ações	–	–	4	–	4
Valor recuperável	–	–	–	(4)	(4)
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	63.689	63.689	–	–	63.689
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	63.689	63.689	4	–	63.689
Subtotal	63.689	63.689	4	–	63.689
Percentual total contábil	100%	100%	0%	100%	100%
Total					63.689
Circulante					63.689

(a) A linha de cotas de fundos de investimentos não exclusivos é composta por fundos de investimentos de renda fixa.

5.2. Movimentação das aplicações:

Valor justo por meio do resultado	
Saldo em 01/01/2015	68.625
Aplicações	567.618
Rendimentos resgate	(9.160)
Principal resgate	(572.244)
Resultado financeiro	8.850
Saldo em 31/12/2015	63.689
Valor justo por meio do resultado	
Saldo em 31/12/2015	63.689
Aplicações	779.052
Rendimento resgate	(6.523)
Principal resgate	(666.363)
Resultado financeiro	6.813
Saldo em 31/12/2016	176.668

5.3. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado: Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA). A Companhia possui uma metodologia de classificação para os ativos que possui os seguintes níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (i) Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) Nível 2: Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) Nível 3: Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis. Modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. Nível 2: Cotas de fundos de investimentos: Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo Administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, que são calculados pelos índices pactuados, acrescidos dos juros incorridos. A estimativa utilizada pela Companhia para apurar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante e não circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos.

Descrição	2016	2015
	Nível 2	Nível 2
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado	176.668	63.689
Total	176.668	63.689

6. Créditos de operações com planos de assistência à saúde: 6.1. Contraprestações pecuniárias por vencimento: As contraprestações pecuniárias a receber, por vencimento, estão distribuídas da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
	Nível 2	Nível 2
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado	176.668	63.689
Total	176.668	63.689

Descrição	2016	2015
	Nível 2	Nível 2
A vencer		
A vencer entre 1 e 30 dias	131.734	113.803
Total	131.734	113.803
Redução ao valor recuperável	(7.105)	(3.348)
Total a vencer	124.629	110.455
Vencidos		
Vencidos entre 1 e 30 dias	20.937	20.853
Vencidos entre 31 e 60 dias	2.637	2.700
Vencidos entre 61 e 180 dias	757	684
Vencidos entre 181 e 365 dias	24	39
Vencidos acima de 365 dias	66	99
Total	24.421	24.375
Redução ao valor recuperável	(1.386)	(3.574)
Total vencidos	23.035	20.801
Total de prêmios a receber	156.155	138.178
Total de redução ao valor recuperável	(8.491)	(6.922)
Total	147.664	131.256

12. Partes relacionadas:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo	
			2016	2015	2016	2015
Sulamérica S.A. (c)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	18	–	–	–
Saespar Serviços e Participações S.A. (a) (c)	Controladora indireta	Sul América S.A.	–	–	1	–
Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (a)	Ligada	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	–	–	–	–
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (c) (f) (h)	Controladora direta	Sul América Companhia Nacional de Seguros	7.108	4.522	2.285	13.500
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	–	–	–	–
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (a) (c) (d) (e)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	908	1.012	–	–
Sul América Companhia Nacional de Seguros (a) (c)	Controladora indireta	Saespar Serviços e Participações S.A.	–	–	4	–
Sul América Saúde Companhia de Seguro (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	–	–	–	–
Sul América Investimento Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	–	–	–	–
Sul América Investimentos. Gestora de Recursos S.A. (a)	Ligada	Sul América Investimento Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	–	–	–	–
Sul América Odontológico S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	–	–	–	–
Gouvea Vieira Advogados Associados (b)	Ligada	Outros	–	–	–	–
Healthways Brasil Serviço de Consultoria Ltda (f) (g)	Coligada	Healthways International, S.A.R.L	580	–	–	–
Total			8.614	5.534	2.290	13.500

(a) Valor referente ao benefício do plano de saúde a funcionários e dirigentes oferecidos pelas companhias do grupo; (b) Valor referente aos serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributário. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente; (c) Valor referente às transações em conta corrente entre empresas do grupo, referente basicamente, às operações com seguro e reembolso de despesas administrativas; (d) Valor referente ao plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores da Companhia; (e) Valor referente ao seguro de vida grupal oferecido a todos os colaboradores; (f) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; (g) Valor referente à prestação de serviço e soluções em saúde; e (h) Reembolso entre as empresas que compõe a SulAmérica referente a aluguel de imóveis. Em 2016, a Companhia liquidou dividendos no montante de R\$13.500 (R\$21.068 em 2015) para a Sul América Companhia de Seguro Saúde. 13. Depósitos judiciais e fiscais, provisões para ações judiciais e obrigações fiscais: Em 31/12/2016 e 2015, os depósitos judiciais e fiscais, registrados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, assim como a provisão para ações judiciais e fiscais, registrada na rubrica "Provisões para ações judiciais" no passivo não circulante e as obrigações fiscais, registradas na rubrica "Tributos e contribuições", no passivo não circulante, são compostos como demonstrados a seguir: 13.1. Depósitos judiciais:

Descrição	2016	2015
	Nível 2	Nível 2
Fiscais:		
Imposto de renda	204	82
COFINS	113	–
Contribuição Social	47	–
Outros	134	122
Ações civis	1.460	204
Total	1.958	204
Não Circulante	1.958	204

13.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:

Descrição	Saldos em 01/01/2015	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	Saldos em 31/12/2015
Cíveis e trabalhistas:					
Outros	479	73	72	(9)	615
Subtotal	479	73	72	(9)	615
Tributárias:					
Imposto de renda	1.874	–	–	(1.874)	–
Honorários	3.481	338	436	–	4.255
Outros	111	12	12	–	123
Subtotal	5.466	338	448	(1.874)	4.378
Previdenciárias:					
INSS	–	1.612	19	–	1.631
Subtotal	–	1.612	19	–	1.631
Total	5.945	2.023	539	(1.883)	6.624
Não circulante	6.624				

Descrição	Saldos em 31/12/2015	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	Saldos em 31/12/2016
Cíveis e trabalhistas:					
Outros	615	296	132	(16)	1.027
Subtotal	615	296	132	(16)	1.027
Tributárias:					
Honorários	4.255	–	899	(951)	4.203
Outros	123	–	12	–	135
Subtotal	4.378	–	911	(951)	4.338
Previdenciárias:					
INSS	1.631	4.177	408	(6.216)	–
Subtotal	1.631	4.177	408	(6.216)	–
Total	6.624	4.473	1.451	(7.183)	5.365
Não circulante	5.365				

13.3. Principais ações fiscais - tributos e contribuições sobre o lucro: A partir de 01/01/1997, a despesa de contribuição social tornou-se indeductível na base de cálculo do imposto de renda. Em decorrência da alteração mencionada, a Companhia impetrou Mandado de Segurança, obtendo liminar com depósito judicial, assegurando a dedutibilidade da contribuição na apuração do imposto de renda. Os advogados que patrocinavam a causa reputavam como provável a perda da demanda. Em maio de 2013, o STF declarou constitucional o dispositivo legal que obsteu a dedução da CSLL na base de cálculo do IRPJ. Assim, a partir desta decisão, a Companhia passou a recolher o IRPJ considerando a indeductibilidade da CSLL. Os valores questionados encontravam-se depositados judicialmente e provisionados em sua totalidade. No primeiro trimestre de 2015, com a publicação da sentença nos autos do Mandado de Segurança nº 20036/1000173851, que negou o pedido da Companhia, a provisão de R\$1.912 foi baixada e os depósitos judiciais foram convertidos em renda em 04/02/2015. 13.4. Contingências: Em 31/12/2016, o valor total em discussão dos processos fiscais cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" pelos advogados que patrocinam as causas é de R\$310.249 (R\$254.456 em 2015), dos quais o valor de R\$134 (R\$122 em 2015) está provisionado por se referir, basicamente, a obrigações legais. A parcela não provisionada, no valor de R\$176.827 (R\$132.034 em 2015) é composta principalmente por: (i) processos de compensação não homologada e (ii) processo que pretende cobrar débitos de IRS pela Companhia, ter supostamente deixado de recolher a parcela do imposto referente a serviços prestados no município de São Paulo, bem como ter deixado de emitir documentos fiscais. 14. Patrimônio líquido: 14.1. Capital social: O capital social da Companhia em 31/12/2016 é de R\$162.000 (R\$47.000 em 2015), representado por 6.909.256.801 ações ordinárias (2.494.197.661 em 2015), todas nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas. Em 29/09/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 770.343.451 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,025962445674334 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ocorridas conforme Lei 9.457/97, na data-base de 31/08/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 796.378.128 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,025962445674334 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ocorridas conforme Lei 9.457/97, na data-base de 31/08/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 796.378.128 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,025962445674334 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ocorridas conforme Lei 9.457/97, na data-base de 31/08/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 796.378.128 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,025962445674334 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ocorridas conforme Lei 9.457/97, na data-base de 31/08/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 796.378.128 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,025962445674334 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ocorridas conforme Lei 9.457/97, na data-base de 31/08/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 796.378.128 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,025962445674334 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ocorridas conforme Lei 9.457/97, na data-base de 31/08/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 796.378.128 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,025962445674334 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ocorridas conforme Lei 9.457/97, na data-base de 31/08/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 796.378.128 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,025962445674334 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ocorridas conforme Lei 9.457/97, na data-base de 31/08/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 796.378.128 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,025962445674334 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ocorridas conforme Lei 9.457/97, na data-base de 31/08/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 796.378.128 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,025962445674334 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ocorridas conforme Lei 9.457/97, na data-base de 31/08/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 796.378.128 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,025962445674334 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ocorridas conforme Lei 9.457/97, na data-base de 31/08/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 796.378.128 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,025962445674334 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ocorridas conforme Lei 9.457/97, na data-base de 31/08/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 796.378.128 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,025962445674334 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ocorridas conforme Lei 9.457/97, na data-base de 31/08/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 796.378.128 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,025962445674334 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ocorridas conforme Lei 9.457/97, na data-base de 31/08/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 796.378.128 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,025962445674334 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ocorridas conforme Lei 9.457/97, na data-base de 31/08/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 796.378.128 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,025962445674334 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ocorridas conforme Lei 9.457/97, na data-base de 31/08/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 796.378.128 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,025962445674334 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ocorridas conforme Lei 9.457/97, na data-base de 31/08/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 796.378.128 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,025962445674334 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ocorridas conforme Lei 9.457/97, na data-base de 31/08/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 796.378.128 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,025962445674334 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ocorridas conforme Lei 9.457/97, na data-base de 31/08/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 796.378.128 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,025962445674334 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ocorridas conforme Lei 9.457/97, na data-base de 31/08/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 796.378.128 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,025962445674334 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ocorridas conforme Lei 9.457/97, na data-base de 31/08/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 796.378.128 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,025962445674334 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ocorridas conforme Lei 9.457/97, na data-base de 31/08/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 796.378.128 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,025962445674334 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ocorridas conforme Lei 9.457/97, na data-base de 31/08/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 796.378.128 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,025962445674334 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ocorridas conforme Lei 9.457/97, na data-base de 31/08/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 796.378.128 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,025962445674334 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ocorridas conforme Lei 9.457/97, na data-base de 31/08/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 796.378.128 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,025962445674334 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ocorridas conforme Lei 9.457/97, na data-base de 31/08/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 796.378.128 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,025962445674334 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ocorridas conforme Lei 9.457/97, na data-base de 31/08/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 796.378.128 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,025962445674334 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ocorridas conforme Lei 9.457/97, na data-base de 31/08/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 796.378.128 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,025962445674334 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ocorridas conforme Lei 9.457/97, na data-base de 31/08/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 796.378.128 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,025962445674334 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ocorridas conforme Lei 9.457/97, na data-base de 31/08/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 796.378.128 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,025962445674334 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ocorridas conforme Lei 9.457/97, na data-base de 31/08/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 796.378.128 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,025962445674334 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ocorridas conforme Lei 9.457/97, na data-base de 31/08/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 796.378.128 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,025962445674334 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ocorridas conforme Lei 9.457/97, na data-base de 31/08/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 796.378.128 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,025962445674334 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ocorridas conforme Lei 9.457/97, na data-base de 31/08/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 796.378.128 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,025962445674334 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ocorridas conforme Lei 9.457/97, na data-base de 31/08/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 796.378.128 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,025962445674334 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ocorridas conforme Lei 9.457/97, na data-base de 31/08/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 796.378.128 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,025962445674334 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ocorridas conforme Lei 9.457/97, na data-base de 31/08/2016, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 796.378.128 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,025962445674334 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6

continuação

Sul América Serviços de Saúde S.A. | CNPJ 02.866.602/0001-51

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Serviços de Saúde S.A. **São Paulo – SP. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Serviços de Saúde S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Serviços de Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Roberto Paulo Kenedi

Contador

CRC 1RJ 081.401/O-5

IMÓVEIS

Com dívidas de R\$ 7,7 bilhões, PDG pede recuperação judicial

Pedido de proteção da Justiça feito pela incorporadora é o maior do setor

A incorporadora PDG Realty, que chegou a ser maior do país em 2010, desbancando a Cyrela, protocolou ontem pedido de recuperação judicial na 1.ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, com dívidas de cerca de R\$ 7,7 bilhões. Trata-se do maior pedido de proteção da Justiça do setor imobiliário.

A empresa, cujo valor de mercado chegou a bater R\$ 14,4 bilhões no fim de 2010 e agora vale pouco menos de R\$ 142 milhões, sucumbiu à crise do setor - que tem enfrentado um alto volume de distratos (rescisões de contratos) - e deverá levar outras companhias para o mesmo caminho, segundo fontes de mercado ouvidas pelo jornal “O Estado de S. Paulo”.

Trata-se ainda do caso mais complexo do segmento, uma vez que no processo estão sendo incluídos 514 Sociedades de Propósito Específico (SPEs), organizações que a lei exige que sejam criadas para cada projeto imobiliário. Na prática, a Justiça terá de analisar a situação financeira de cada um deles.

Ontem, as ações ordinárias da empresa ficaram entre as maiores baixas da Bolsa, com queda de 10,84%. Os papéis de outras concorrentes em dificuldade também caíram, como a Rossi, que recuou 8,59%. Do total de débitos da PDG, cerca de R\$ 5,3 bilhões são de dívi-

das financeiras com bancos - 65% referem-se a debêntures (títulos de dívida), cédulas de crédito imobiliário e capital de giro. Entre 2014 e 2016, o grupo deu início a intensas negociações com Bradesco, Itaú Unibanco, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Votorantim para alongar boa parte dos vencimentos para 2020.

A ex-líder do mercado imobiliário tem 30 empreendimentos que ainda precisam ser concluídos, que envolvem 8,2 mil apartamentos. Desse total, 14 obras estão paradas por falta de recursos, apurou a reportagem. Até o ano passado, a PDG contabilizava 684 projetos correspondentes a mais de 146 mil unidades entregues, com presença em São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Maranhão, Minas Gerais, Salvador, Pará e Amazonas e Distrito Federal, em mais de 70 municípios.

Em novembro passado, a incorporadora decidiu contratar especialistas em reestruturação de empresas. Entraram a RK Partners, de Ricardo Knoepfelmacher, conhecido como Ricardo K; e o escritório E. Munhoz, de Eduardo Munhoz. Procurados, os dois não comentam o assunto.

Sob as novas diretrizes, o executivo Márcio Trigueiro, que estava à frente da empresa há pouco mais de um ano, deixou a companhia. Foi substituído por Vladimir Ranevsky, ex-OSX.

Além das trocas na diretoria executiva, o banqueiro Gilberto Sayão, fundador da gestora Vinci Partners (maior acionista da construtora), deixou a presidência do conselho.

Constituída em 1998, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, a PDG passou a atuar como incorporadora a partir de 2003, sob a condução de ex-sócios do BTG Pactual, como José Grabowsky, conhecido como Zeca, um dos fundadores do grupo. Os grandes saltos da PDG ocorreram após a abertura de capital em 2007. Entre 2008 e 2010, foi uma das maiores consolidadoras do setor, com a compra dos grupos CHL, Goldfarb e Agre, principais empresas do segmento na época. Mas a liderança durou pouco. A fusão de várias empresas revelou dificuldades na unificação dos processos e perda de eficiência. A partir de 2012, começaram os atrasos de obras e os estouros de orçamentos. Zeca, como era conhecido, deixou a presidência em 2012, com a entrada do bilionário Gilberto Sayão, da Vinci. De lá para cá, a PDG sucumbiu à crise e agora busca nova saída.

Os consumidores atingidos pela recuperação judicial da PDG vão muito além dos donos dos 8,2 mil apartamentos dos 30 projetos cujas obras não foram concluídas. Entre os prejudicados estão pessoas que haviam comprado e devolvido imóveis à incorporadora,

donos de apartamentos com problemas de infiltração e elétricos e compradores que não conseguem a escritura da propriedade.

No site Reclame Aqui, em que consumidores expõem problemas que tiveram com empresas, 1.937 queixas contra a PDG (que atua sobretudo no segmento residencial) foram registradas no ano passado, e nenhuma delas foi atendida. O número é inferior ao de 2015, quando houve 2.824 reclamações, mas 89,5% foram respondidas.

Nesta semana, o vendedor Felipe Aparecido dos Santos abriu uma queixa no site por não ter recebido R\$ 3,6 mil que a empresa lhe deve. O valor é referente à parcela de fevereiro de um apartamento que ele devolveu à PDG em julho do ano passado, após comprá-lo em 2012. Dos R\$ 30 mil que Santos pagou de entrada à incorporadora, 78% deveriam ser restituídos em oito prestações. A penúltima parcela, ele não recebeu. “Agora, acho que já era. Eu ligo para a empresa e dizem que não têm prazo para o pagamento.”

A coordenadora comercial Ana Carolina de Gois Bourguignon está morando na casa dos sogros após desistir da compra de um apartamento cujo prazo de entrega estava atrasado. Entrou na Justiça para receber os R\$ 60 mil que deu de entrada, ganhou a causa, mas ainda não recebeu o valor devido. Segundo

o advogado Marcelo Tapai, se a Justiça aceitar o pedido de recuperação da PDG, os clientes não devem receber os valores dos distratos por pelo menos 180 dias, pois a empresa poderá suspender pagamentos.

Dificuldade para conseguir o registro do imóvel é outro problema enfrentado pelos clientes da PDG. A analista de comércio exterior Juliana Garcia já mora no apartamento adquirido da incorporadora há um ano, mas ainda não conseguiu registrá-lo em seu nome, porque a PDG não pagou o financiamento que havia feito para levantar a obra, conta. Ela precisa de um documento que comprove que a empresa quitou o empréstimo com o banco para conseguir a transferência de propriedade. Ainda de acordo com Tapai, esses casos de registro devem ser os mais fáceis de ser resolvidos. “A hipoteca fechada entre o banco e a construtora não interfere no direito do proprietário.”

A falta de caixa da PDG vem impedindo até pequenos reparos, como o conserto de uma infiltração no apartamento da enfermeira Patrícia Basso. Ela comprou um imóvel com garantia e precisa que seja feita uma impermeabilização no banheiro, mas, desde dezembro, os atendentes da empresa dizem que não há prazo para o reparo ser feito. Procurada, a empresa não comentou o assunto.

ABIMAQ

Máquinas e Equipamentos: receita líquida da indústria cai

A receita líquida da indústria de máquinas e equipamentos caiu 19% em janeiro em comparação com dezembro do ano passado. Em relação ao mesmo mês de 2016, a receita ficou estável, registrando aumento de 0,3%. Os dados são da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

De acordo com a associação, “os sinais do mercado continuam contraditórios com relação a uma possível recuperação da economia”. “Mesmo diante de uma retomada da economia, a indústria de máquinas e equipamentos deve ser a última a voltar a crescer em função do elevado nível de ociosidade da indústria que leva ao adiamento dos investimentos produtivos”, diz a entidade.

A indústria de máquinas e equipamentos encerrou janeiro deste ano com 292,4 mil pessoas ocupadas, o que representa uma queda de 6,1% (ou 18,9 mil empregados a menos) em relação a janeiro do ano passado. Com isso, o número de pessoas ocupadas do setor voltou para o nível de 2004 (em maio daquele ano, eram 290,3 mil empregados). “Desde 2013, quando teve início a queda de faturamento da indústria de máquinas, foram eliminados mais de 87 mil postos de trabalho no setor”, diz a Abimaq.

A associação disse que a valorização do real voltou a prejudicar a competitividade da indústria de transformação brasileira. “O cenário para a taxa de câmbio melhorou ligeiramente com a vitória de [Donald] Trump na eleição presidencial dos EUA, por causa do aumento da incerteza somado à expectativa de alta da taxa de juros norte-americana. Mas no último mês a moeda brasileira voltou para a casa dos R\$ 3,10”.

Em janeiro deste ano, as exportações caíram 38,7% em relação ao mês imediatamente anterior e 12,4%, na comparação com o mesmo mês de 2016. “Um dos poucos vetores para a saída do setor da crise brasileira, as exportações, deixa de existir”, disse a entidade.

Os principais destinos das exportações brasileiras de máquinas e equipamentos são, pela ordem, América Latina, Estados Unidos e Europa. Em 2017, houve um aumento na participação da América Latina nas exportações brasileiras e queda das exportações para a Europa. A participação da China, que no início de 2016 foi significativo, em 2017 não apresentou resultado expressivo.

O desempenho das importações manteve a tendência de estabilidade observada no último trimestre de 2016. Em janeiro de 2017, a importação cresceu 0,4%, na comparação com o mês de dezembro do ano passado. Na comparação com janeiro de 2016, a queda foi 15,6%.

PETRÓLEO

Governo reduz em 50% exigência de conteúdo local para o setor

O governo reduziu em cerca de 50%, em média, a exigência de conteúdo local para contratação de equipamentos de equipamentos pela indústria de petróleo na exploração de novas áreas. A nova metodologia valerá para os leilões da Agência Nacional de Petróleo (ANP) previstos para setembro (14.ª rodada) e novembro (3ª rodada do pré-sal).

A redução se deu por meio da mudança da forma de cálculo do conteúdo local nos equipamentos. Em vez de um complicado sistema com mais de 90 itens, que descia a detalhes como o tipo de tubo utilizado num equipamento, a apuração agora será global. Nos campos de exploração em terra, ele será calculado nas duas etapas do processo exploratório: exploração e desenvolvimento da produção.

Nos dois casos, o conteúdo local será de 50%. “Entendemos que, melhor que porcentual alto, inexecutável, é melhor um porcentual baixo que todos possam atingir”, disse o ministro de Minas e Energia, Fernando Bezerra Coelho Filho, ao anunciar a medida. Para os campos em mar em profundidade superior a 100 metros, o índice exigido na exploração será de 18%. A etapa de desenvolvimento da produção terá quatro índices: 25% na construção do poço, 40% no sistema de coleta e 25% nas unidades estacionárias de produção (plataformas). No geral, esses números representam um corte de aproximadamente 50% em relação às exigências atuais, segundo Bezerra Filho, que creditou às exigências elevadas anteriores a grande quantidade de multas por

descumprimento.

O secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto Almeida, informou que, ao contrário das rodadas passadas, o índice de conteúdo local não será mais critério de pontuação. “Nenhum país do mundo tem uma política de conteúdo local com mais de 90 itens controlado por notas fiscais”, disse.

A exigência de alto índice de conteúdo local nos equipamentos de petróleo era uma norma considerada imutável nos governos Lula e Dilma. A justificativa era fomentar a indústria nacional de petróleo. Mas as grandes petroleiras pediam essa mudança, argumentando que a exigência acabava tornando os equipamentos muito mais caros, e que a indústria nacional não tinha

capacidade para a entrega de vários equipamentos necessários. Por isso, as petroleiras comemoraram as mudanças. Em comunicado, o Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) afirmou que as medidas vão “colaborar para desatrar investimentos, gerar empregos e estimular maior competição da 14ª rodada de licitações de blocos”.

Para representantes da indústria local, porém, a mudança será desastrosa. “É uma política que vai expor empregos”, disse o presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), José Velloso.

Para atender à indústria nacional, o governo prometeu destinar recursos para a qualificação dos fornecedores da cadeia de petróleo, para que eles possam compe-

tir com os importados. Parte dos recursos de pesquisa e desenvolvimento, correspondente a 1% do faturamento das operadoras, será destinada a um programa com essa finalidade. “Não funciona”, reagiu Velloso. Ele explicou que o problema do setor de máquinas não é tecnologia, e sim a concorrência desequilibrada que sofre em relação aos importados, que chegam ao País sem pagar impostos. O governo estima arrecadar R\$ 4,5 bilhões este ano com leilões de óleo e gás. Nessa conta não está a terceira rodada do pré-sal, prevista para novembro. As mudanças anunciadas ontem ainda terão de passar por uma reunião extraordinária do Conselho Nacional de política energética (CNPE), prevista para março. (Colaboraram Anne Warth e Fernanda Nunes)